

*Brasília, 20 de fevereiro de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## CNBC Brasil Online

Sexta-feira, 20 de fevereiro de 2026 | Patentes

**Ciência brasileira lidera inovação mundial em regeneração de lesões medulares ..... 3**

## Folha Vitória Online

Quinta-feira, 19 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

**Polilaminina: Brasil perdeu patente internacional por corte de verba, diz Tatiana Sa... ..... 4**

## MSN Notícias

Quinta-feira, 19 de fevereiro de 2026 | Patentes

**BioNTech processa Moderna por violação de patente sobre vacinas da Covid ..... 5**

## O Globo

Sexta-feira, 20 de fevereiro de 2026 | ABPI

**Modelo de regulação de IA é apropriado para o Brasil? ..... 6**

Sexta-feira, 20 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Quebra de patentes de vacinas é oportunismo eleitoral ..... 8**

## Folha de S. Paulo

Sexta-feira, 20 de fevereiro de 2026 | Direitos Autorais

**Entidades de mídia pedem remuneração pelo uso de conteúdo de IA ..... 9**

## Exame.com

Quinta-feira, 19 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

**Da euforia à notificação judicial: o que já aconteceu na disputa entre ByteDance, IA... ..... 10**

## Folha.com

Quinta-feira, 19 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

**IA: leia carta de associações que negociam uso de conteúdo ..... 11**

## G1 - Globo

Quinta-feira, 19 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

**Indústria criativa defende diálogo com empresas de IA sobre uso de conteúdos pro... ..... 13**

## Gazeta do Povo - Online

Sexta-feira, 20 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Como a quebra de patente ameaça a inovação no Brasil? ..... 16**

## Ciência brasileira lidera inovação mundial em regeneração de lesões medulares



Um marco histórico para a medicina nacional coloca o Brasil no centro do debate sobre a regeneração medular. Uma tecnologia desenvolvida na UFRJ acendeu novas esperanças para vítimas de traumas severos na coluna após a divulgação do caso de Bruno Drummond de Freitas.

O jovem, que ficou tetraplégico após um acidente de carro em 2018, tornou-se o primeiro ser humano no mundo a receber a aplicação de polilaminina em uma lesão medular aguda, menos de 24 horas após o trauma.

O encontro de Bruno com a ex-ginasta Laís Souza, que vive com tetraplegia há 12 anos, gerou forte comoção nas redes sociais e deu visibilidade ao tratamento.

O mecanismo da polilaminina e a regeneração nervosa

A substância é fruto de quase três décadas de dedicação da pesquisadora Tatiana Sampaio. Diferente de tratamentos convencionais que focam apenas na estabilização da coluna, a polilaminina atua diretamente na biologia da lesão.

A expectativa científica é que, ao ser aplicada precocemente, a substância funcione como um "andaime" biológico, estimulando a formação de novas conexões nervosas e impedindo a morte celular que ocorre logo após o impacto.

Conheça a mulher que deu quatro voltas ao mundo e transformou o oceano em missão de vida  
Governo de SP sanciona regras para carregadores de carros elétricos em condomínios

Para Bruno, o resultado foi transformador. Após o procedimento cirúrgico pioneiro e anos de reabilitação diária, ele define seu estado atual como o ápice de sua evolução, mantendo apenas algumas sequelas funcionais.

O caso valida a hipótese de que a intervenção nas primeiras horas do trauma é crucial para o sucesso da recuperação de movimentos e da sensibilidade, algo anteriormente considerado impossível para diagnósticos de tetraplegia completa.

Desafios orçamentários e o risco à soberania científica

Apesar do sucesso técnico, a trajetória da polilaminina também revela as cicatrizes da falta de investimento em pesquisa no Brasil. Devido a cortes profundos no orçamento das universidades entre 2015 e 2016, o país perdeu a patente internacional da substância.

A **propriedade intelectual** brasileira só não foi totalmente perdida porque a própria Dra. Tatiana Sampaio arcou com os custos da **patente** nacional temporariamente, utilizando recursos próprios para garantir que a tecnologia permanecesse ligada à ciência brasileira.

Esse cenário ilustra como decisões orçamentárias podem gerar impactos estruturais e duradouros, dificultando que inovações nascidas em laboratórios públicos se transformem em riqueza nacional ou tratamentos acessíveis.

Atualmente, com a autorização da **Anvisa** para o estudo clínico, o Brasil tenta recuperar o tempo perdido e consolidar sua posição como referência global em biotecnologia voltada para o sistema nervoso central.

## Polilaminina: Brasil perdeu patente internacional por corte de verba, diz Tatiana Sampaio



Corte de verbas para UFRJ, entre 2015 e 2016, levou à perda da patente internacional da polilaminina

Corte de verbas para UFRJ, entre 2015 e 2016, levou à perda da patente internacional da polilaminina

O Brasil perdeu a patente internacional da polilaminina, por corte de verbas destinadas à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre 2015 e 2016.

Por que isso importa: a patente garante a **propriedade intelectual** sobre as pesquisas por tempo determinado. Ela garante direito exclusivo a quem desenvolve uma nova substância ou processo farmacêutico, impedindo a fabricação ou comercialização sem autorização.

O que aconteceu

Em entrevista, Tatiana Sampaio, que lidera as pesquisas com polilaminina para recuperação de movimentos após lesões medulares, explicou que a redução de recursos inviabilizou o pagamento das taxas exigidas. Com isso, o grupo de estudos não tem mais a exclusividade da tecnologia fora do país.

Em 2015, no governo Dilma Rousseff, e em 2016, no Governo Michel Temer, houve uma redução nas verbas repassadas para a UFRJ, onde a pesquisa é realizada. Com isso, a reprodução da pesquisa está liberada internacionalmente.

A UFRJ teve um corte de recursos, em particular na época de 2015 e 2016 e não tinha dinheiro para

pagar. Quando parou de pagar as patentes internacionais, nós perdemos tudo internacional e ficamos só com a nacional.

Tatiana Sampaio, pesquisadora

Além disso, para garantir a patente nacional, Tatiana precisou arcar com os custos durante um ano.

"Nós fizemos um pedido de patente nacional em 2007, quando estávamos muito longe de testar em humanos. [ ] A patente foi concedida em 2025, mas uma patente só dura 20 anos", complementou.

Sobre a polilaminina

A polilaminina é derivada da laminina, proteína que, no caso do estudo brasileiro, é extraída da placenta, um material naturalmente rico nessa substância. A substância atua reorganizando a matriz extracelular ao redor da lesão, reduzindo barreiras físicas e estimulando a reconexão de fibras nervosas.

Até o momento, pelo menos 26 pacientes receberam o tratamento no Brasil, sendo cinco do Espírito Santo. Três pacientes morreram, mas não há indícios de ligação com o tratamento.

A polilaminina está em fase de testes de segurança na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e vem sendo aplicada em pacientes por meio de liminares judiciais.

\*Com informações da TV 247.

Jornalista pela Universidade Federal de Viçosa e estudante de Publicidade e Propaganda na Unopar, atuou como head de copywriting, social media, assessora de comunicação e analista de marketing. Atua no Folha Vitória como Editora de desde maio de 2025.

Jornalista pela Universidade Federal de Viçosa e estudante de Publicidade e Propaganda na Unopar, atuou como head de copywriting, social media, assessora de comunicação e analista de marketing. Atua no Folha Vitória como Editora de desde maio de 2025.

## BioNTech processa Moderna por violação de patente sobre vacinas da Covid



A empresa biofarmacêutica alemã BioNTech processou a Moderna no tribunal federal de Delaware na quinta-feira (19), alegando que a vacina mNEXSPIKE da Moderna contra a COVID-19 infringe uma patente relacionada com a vacina concorrente Comirnaty da BioNTech e da Pfizer.

A ação judicial alega que a mNEXSPIKE, a vacina de última geração contra a COVID da Moderna aprovada pelo FDA (Administração de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos) em 2025, viola os direitos da BioNTech sobre a tecnologia de um projeto simplificado de vacina baseada em RNA mensageiro que pode ser administrada a pacientes em doses mais baixas.

A Moderna processou a BioNTech e sua parceira Pfizer por **violação de patente** sobre a Comirnaty em 2022, em um processo que ainda está em anda-

mento. Os casos fazem parte de uma onda de processos judiciais de **patentes** movidos por empresas de **biotecnologia** que buscam royalties pela tecnologia usada nas vacinas de grande sucesso.

Um porta-voz da Moderna disse que a empresa se defenderá contra o processo da BioNTech. A BioNTech não respondeu imediatamente a um pedido de comentário sobre o novo processo.

Os porta-vozes da Pfizer, que não está diretamente envolvida no processo, também não comentaram imediatamente.

A mNEXSPIKE deverá representar 55% da receita da Moderna com vacinas contra a COVID até a temporada de vírus respiratórios de 2025-26, segundo o processo da BioNTech.

As receitas da vacina contra a COVID caíram drasticamente desde o auge da pandemia, quando a Spikevax da Moderna e a Comirnaty da Pfizer e da BioNTech renderam bilhões em receitas às empresas. As receitas com vacinas em geral também caíram após a nomeação do cético em relação às vacinas Robert F. Kennedy Jr. como secretário de saúde pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

<https://stories.cnnbrasil.com.br/economia/agro-ve-q-ue-influencia-dos-eua-cria-incerteza-para-2026/>

## Modelo de regulação de IA é apropriado para o Brasil?



TATIANA CAMPELLO, FERNANDA MAGALHÃES, FILIPE FONTELES CABRAL E JOSÉ EDUARDO PIERI

Os brasileiros sobre inteligência artificial (IA) e **direitos autorais** correm o risco de cometer um erro clássico diante de novas tecnologias: a asfixia regulatória. No centro da discussão está o Projeto de Lei 2.338/2023, que pretende estabelecer o marco regulatório para o desenvolvimento e uso de IA no Brasil. Embora bem-intencionado, o texto atual cria um regime jurídico baseado na suposição de que modelos de IA generativa "copiam" obras.

Essa constatação - sustentada tecnicamente no IV Fórum de IA e **Propriedade Intelectual** da **Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)**, em dezembro de 2023 - esclarece que modelos baseados em deep learning não armazenam textos ou imagens em bancos de dados. O treinamento consiste no ajuste de pesos estatísticos para reconhecer padrões e probabilidades.

Assim, o resultado (output) não é uma obra "retirada" do treinamento, mas uma construção inédita. A insistência em tratá-lo como reprodução deriva da analogia técnica de "memorização", fenômeno residual que, no debate legislativo, tem sido distorcido para exigir autorizações prévias que inviabilizam a tecnologia.

Enquanto o Brasil flerta com um regime de licenciamento obrigatório e segmentação para Mineração de Texto e Dados (TDM), economias dinâmicas adotam caminhos mais flexíveis. Nos Estados Unidos, o treinamento é frequentemente visto como uso transformativo (fair use). O Japão permite a mineração como uso não expressivo. União Europeia e Cingapura adotam exceções para TDM com mecanismos de opt-out.

O denominador comum dessas abordagens é simples: não se regula o input como se fosse exploração econômica da obra; regula-se o output quando - e se - houver infração.

O PL 2.338 parece partir do pressuposto de que todo treinamento é potencialmente ilícito e de que o titular deve controlar antecipadamente algo que, na prática, é maciço, difuso e essencial à inovação.

O efeito colateral desse modelo pode ser perverso. Ao restringir o treinamento local e exigir que o titular controle por antecipação um processamento maciço e essencial, o Brasil corre o risco de empurrar a inovação para fora de suas fronteiras. Modelos competitivos treinados no exterior - com dados e culturas estrangeiras - retornarão ao país como produtos importados, pouco adequados aos nossos regionalismos.

A advertência é convergente: sem dados brasileiros, não haverá modelos de linguagem brasileiros, o que compromete o desenvolvimento de ferramentas de IA voltadas para o mercado nacional. E, sem IA brasileira, não haverá soberania digital, competitividade industrial ou preservação da identidade cultural. O paradoxo é evidente: um **direito autoral** concebido para estimular a criação, se aplicado conforme consta no texto do PL 2.338, poderá acabar sufocando a inovação.

Nada disso significa ignorar os direitos dos autores. Se um sistema de IA gerar um resultado que reproduza substancialmente uma obra protegida ou a substitua economicamente, o **direito autoral** deve incidir com rigor. Responsabilidade, indenização e cessação de uso permanecem pilares intactos.

O **direito autoral** sempre soube distinguir a ideia de sua expressão, fato e criação. À IA apenas exige-se que essa dogmática seja aplicada com precisão técnica, tanto jurídica quanto tecnológica. O desafio do legislador é compreender a tecnologia que pretende regular e manter fidelidade ao princípio estrutural da norma: o equilíbrio entre o incentivo à criação e a promoção do desenvolvimento eco-

nômico, social e tecnológico.

Tatiana Campello, Fernanda Magalhães, Filipe Fonteles Cabral e José Eduardo Pieri são conselheiros diretores da **Associação Brasileira da Propriedade Intelectual**.



## Quebra de patentes de vacinas é oportunismo eleitoral



Movimento crescente na Câmara não tem justificativa plausível, desestimula inovação e afugenta investimentos.

Está contaminado por oportunismo eleitoral o movimento que ganha força na Câmara para quebrar a patente dos medicamentos Mounjaro e Zepbound, usados no tratamento de diabetes e obesidade. Além de não haver justificativa plausível para a iniciativa, ela tem tudo para criar atritos com a indústria farmacêutica, inibir investimentos em pesquisa, levar insegurança jurídica ao setor e expor o país a retaliações. Não há dúvida de que o Brasil teria mais a perder que a ganhar.

No início do mês, o plenário da Câmara aprovou urgência para analisar o Projeto de Lei do deputado Mário Heringer (PDT-MG) para quebrar a patente. Com isso, ele pode ser votado a qualquer momento, sem passar por comissões. Heringer argumenta que a obesidade é um problema grave de saúde pública e que os preços altos impedem o acesso (uma caixa de Mounjaro com quatro canetas custa de R\$ 1,4 mil a R\$ 3 mil). "É um medicamento elitizado, e queremos transformá-lo numa ferramenta de saúde pública", disse.

Pela legislação brasileira, novos medicamentos são protegidos por até 20 anos a partir do pedido de registro no **Instituto Nacional de Propriedade Industrial** - a **patente** do Mounjaro vai até 2036. É

justo que a farmacêutica responsável pelo custo de descoberta e desenvolvimento possa ter exclusividade na venda por um período determinado. A americana Eli Lilly, fabricante do Mounjaro, afirma que "o enfraquecimento das proteções de **propriedade intelectual** tornará o Brasil menos atraente para futuros investimentos em inovação".

A **quebra de patente** pode ser justificável, mas é fato extremamente raro. Em três décadas desde a criação da lei brasileira, ocorreu uma única vez, em 2007, com o medicamento Efavirenz, usado por pacientes com HIV. Tratava-se de situação específica. Ele era oferecido na rede pública, e a permissão para fabricação na Fiocruz proporcionou economia. Em 2021, em plena pandemia, aprovou-se quebra da patente de vacinas e remédios, mas os próprios laboratórios incentivaram um acordo.

É verdade que a obesidade é um problema grave de saúde pública. Entre 2006 e 2024, cresceu 118% e hoje atinge um em cada quatro adultos no Brasil. Mas não se trata de situação de emergência ou calamidade que justifique quebrar a patente de um medicamento. Até porque não há desabastecimento no mercado, e há produtos similares. As canetas emagrecedoras ainda são caras e, ao menos por enquanto, não há perspectiva de que sejam oferecidas pelo SUS. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, diz que, em relação ao Mounjaro, seguirá a Organização Mundial da Saúde. "Neste momento, não existe esse debate lá", afirmou.

Se está realmente preocupado com o avanço da obesidade no país, o Congresso faria melhor em apoiar políticas públicas que, desde cedo, melhorassem a alimentação dos brasileiros, incentivando produtos saudáveis em detrimento dos ultraprocessados. Apostar em batalhas de fundo eleitoral certamente não resolverá o problema e criará outros, afugentando indústrias e investimentos do país.



# Entidades de mídia pedem remuneração pelo uso de conteúdo de IA



Entidades de mídia pedem remuneração pelo uso de conteúdo de IA

Gabriela Cecchin

São Paulo - Associações de meios de comunicação, música e **direitos autorais** divulgaram nesta quinta-feira (19) um comunicado enviado a empresas de tecnologia para defender o uso remunerado do conteúdo de seus membros no treinamento de modelos de inteligência artificial.

A carta conjunta afirma que o uso não autorizado pode comprometer o ecossistema de produção jornalística e artística, desestimular a criação intelectual e violar **direitos autorais**.

Encaminhada às empresas em dezembro, a nota é assinada por entidades como ANJ (Associação Nacional de Jornais), Abramus (Associação Brasileira de Música e Artes) e Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição).

"Estamos à disposição para discutir formas de autorização, remuneração e parcerias que beneficiem todas as partes envolvidas e que assegurem a proteção dos **direitos autorais** sobre tais conteúdos", disseram as associações.

O comunicado afirma que, caso os materiais já tenham sido usados, as empresas devem entrar em contato com a associação ou veículo afetado e negociar uma solução amigável para evitar problemas jurídicos.

Modelos de IA generativa de empresas como OpenAI, Google, Anthropic, Meta e Microsoft foram treinados com material disponível em toda a **internet** ao longo de anos. Desde que aplicativos como o ChatGPT foram lançados, em 2022, seus donos têm corrido atrás de celebrar acordos com grupos de mídia.

Em dezembro, por exemplo, a Meta (dona do Facebook, Instagram e WhatsApp) firmou um acordo com CNN, Fox News e Le Monde. A OpenAI tem acordos com News Corp., Le Monde, The Washington Post e Axel Springer. A Amazon se associou ao New York Times; o Google, à Associated Press.

O uso não autorizado de conteúdos pode comprometer o ecossistema de produção jornalística e artística, além de desestimular a criação intelectual, afirmam associações de mídia, música e **direitos autorais** em nota.

As entidades brasileiras dizem reconhecer que a IA é uma inovação relevante, já incorporada nas atividades cotidianas e com potencial para impulsionar ainda mais a criatividade, a produtividade e a inovação. Afirmam, porém, que os usos devem respeitar sempre os **direitos autorais** e a legislação vigente.

## Da euforia à notificação judicial: o que já aconteceu na disputa entre ByteDance, IA e Hollywood



Disney envia carta de cessar e desistir à ByteDance após vídeos virais com personagens da marca surgirem via Seedance, app de vídeos curtos feitos com IA

Nas últimas semanas, o aplicativo Seedance, ferramenta de vídeos curtos movida por IA da dona do TikTok, saiu do status de novidade tecnológica para se tornar alvo de notificações legais.

O estopim foi uma carta de cessar e desistir enviada pela Disney, após o Seedance permitir que usuários criassem vídeos com personagens como Mickey, Minnie e Homem-Aranha em cenas inéditas e não autorizadas. Segundo os advogados da companhia, o uso configuraria "roubo virtual" de **propriedade intelectual** sob a legislação americana.

A ByteDance afirmou estar ciente das questões envolvendo a versão 2.0 do aplicativo e declarou que trabalha para reforçar mecanismos que impeçam o

uso não autorizado de personagens e imagens protegidas.

O episódio ganha relevância porque ocorre em um momento de redefinição das relações entre estúdios e empresas de IA.

Em 2025, a própria Disney firmou um acordo de US\$ 1 bilhão com a OpenAI, permitindo que o sistema de geração de vídeos Sora utilizasse oficialmente seus personagens por um período de até três anos. A diferença central está no modelo: enquanto a parceria com a OpenAI prevê licenciamento formal e salvaguardas jurídicas, o Seedance operava sem autorização.

Os vídeos produzidos pelas duas plataformas passaram a circular amplamente nas redes sociais. Alguns dos mais virais mostravam representações hiper-realistas de atores como Scarlett Johansson, Tom Holland e Zendaya em situações fictícias, confundindo parte do público sobre a veracidade das cenas.

A reação não ficou restrita à Disney. Estúdios como Paramount Pictures, Warner Bros. e Netflix também enviaram notificações à ByteDance. O sindicato dos atores de Hollywood, o SAG-AFTRA, classificou o uso de imagens e personagens como uma "violação flagrante" de direitos.

Diante da pressão, a ByteDance encerrou a possibilidade de envio de fotos de pessoas reais ao aplicativo, uma medida vista como tentativa de reduzir o risco jurídico.

## IA: leia carta de associações que negociam uso de conteúdo



Associações de meios de comunicação, música e **direitos autorais** divulgaram nesta quinta-feira (19) um comunicado enviado a empresas de tecnologia para defender o uso remunerado do conteúdo de seus membros no treinamento de modelos de inteligência artificial.

A carta conjunta afirma que o uso não autorizado pode comprometer o ecossistema de produção jornalística e artística, desestimular a criação intelectual e violar **direitos autorais**.

Encaminhada às empresas em dezembro, a nota é assinada por entidades como ANJ (Associação Nacional de Jornais), Abramus (Associação Brasileira de Música e Artes) e Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição).

"Estamos à disposição para discutir formas de autorização, remuneração e parcerias que beneficiem todas as partes envolvidas e que assegurem a proteção dos **direitos autorais** sobre tais conteúdos", disseram as associações.

O comunicado afirma que, caso os materiais já tenham sido usados, as empresas devem entrar em contato com a associação ou veículo afetado e negociar uma solução amigável para evitar problemas jurídicos.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Modelos de IA generativa de empresas como OpenAI, Google, Anthropic, Meta e Microsoft foram treinados com material disponível em toda a **internet** ao longo de anos. Desde que aplicativos como o ChatGPT foram lançados, em 2022, seus donos têm corrido atrás de celebrar acordos com grupos de mídia.

Em dezembro, por exemplo, a Meta (dona do Facebook, Instagram e WhatsApp) firmou um acordo com CNN, Fox News e Le Monde. A OpenAI tem acordos com News Corp., Le Monde, The Washington Post e Axel Springer. A Amazon se associou ao New York Times; o Google, à Associated Press; e a empresa europeia Mistral trabalha com a AFP.

As entidades brasileiras dizem que reconhecem que a IA é uma inovação relevante, já incorporada nas atividades cotidianas com potencial para impulsionar ainda mais a criatividade, produtividade e inovação em diversos segmentos.

Afirmam, porém, que os usos devem respeitar sempre os **direitos autorais** e a legislação vigente.

"Reconhecemos que a Inteligência Artificial (IA) representa uma inovação relevante, já incorporada em nossas atividades e com potencial para impulsionar ainda mais a criatividade, produtividade e inovação em diversos segmentos. Nosso compromisso é com o desenvolvimento responsável e sustentável dessas tecnologias.

No entanto, entendemos que o avanço da IA deve respeitar os **direitos autorais** e a **propriedade intelectual** dos conteúdos produzidos por nossos associados, conforme previsto na Constituição Federal do Brasil e na Lei nº 9.610/98. O uso não autorizado de tais conteúdos pode comprometer o ecossistema de produção jornalística e artística, além de desestimular a criação intelectual e, principalmente, violar direitos.

Portanto, caso haja interesse em utilizar conteúdos de nossos associados para fins de (mas não se limitando) mineração de dados, treinamento ou desenvolvimento de sistemas de IA, estamos à disposição

para discutir formas de autorização, remuneração e parcerias que beneficiem todas as partes envolvidas e que assegurem a proteção dos **direitos autorais** sobre tais conteúdos.

Na hipótese dessa utilização já estar sendo realizada, solicitamos que V. Sas. façam contato com as Associações e/ou com o veículo associado que teve seu conteúdo utilizado, para que seja negociada uma solução amigável, a fim de evitar futuro litígio.

Reforçamos que nosso objetivo é promover o diálogo e buscar soluções inovadoras, respeitando sempre os **direitos autorais** e a legislação vigente. Estamos abertos para reuniões que possam resultar em acordos benéficos para todos.

Aguardamos seu retorno e nos colocamos à disposição para avançar nesta conversa."



## Indústria criativa defende diálogo com empresas de IA sobre uso de conteúdos protegidos



Em nota, entidades do setor reconhecem a IA como inovação importante, mas ressaltam que seu avanço deve respeitar os **direitos autorais** e a **propriedade intelectual**.

Diversas entidades da indústria criativa brasileira se manifestaram em defesa de um diálogo aberto e construtivo com empresas de inteligência artificial (IA) sobre o uso de conteúdos protegidos.

Em nota conjunta, representantes do setor reconheceram a IA como uma inovação importante, mas reforçaram que seu avanço deve respeitar os **direitos autorais** e a **propriedade intelectual** dos conteúdos produzidos.

"O uso não autorizado de tais conteúdos pode comprometer o ecossistema de produção jornalística e artística, além de desestimular a criação intelectual e, principalmente, violar direitos", diz o documento, citando a Constituição Federal e a Lei dos **Direitos Autorais**.

O comunicado é assinado pelas associações de emissoras de rádio e televisão (ABERT), de jornais (ANJ), de editores de revistas (ANER) e outras instituições, como o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), responsável pela gestão e distribuição de **direitos autorais**.

Veja os vídeos em alta no g1:

Segundo as entidades, o objetivo é aproximar a tecnologia dos detentores de **direitos autorais**, "garantindo que o avanço da IA no Brasil ocorra em harmonia com a sustentabilidade de quem produz

informação de qualidade e cultura".

As instituições afirmam ainda que a proposta se estende a todas as plataformas e desenvolvedores de IA que utilizem ou tenham interesse em utilizar conteúdos protegidos produzidos por seus associados.

"Caso haja interesse em utilizar conteúdos de nossos associados para fins de (mas não se limitando) mineração de dados, treinamento ou desenvolvimento de sistemas de IA, estamos à disposição para discutir formas de autorização, remuneração e parcerias que beneficiem todas as partes envolvidas e que assegurem a proteção dos **direitos autorais** sobre tais conteúdos", diz o texto.

As entidades também sugerem que empresas de IA entrem em contato com as associações ou diretamente com os veículos caso a utilização de conteúdos já esteja ocorrendo. O objetivo, diz o comunicado, é negociar uma solução amigável, "a fim de evitar litígios futuros".

"Reforçamos que nosso objetivo é promover o diálogo e buscar soluções inovadoras, respeitando os **direitos autorais** e a legislação vigente. Estamos abertos a reuniões que possam resultar em acordos benéficos para todos", conclui o texto.

A nota é assinada pelas seguintes entidades:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO -

ABERT

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS -

ANJ

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS -

ANER

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MÚSICA E ARTES -

ABRAMUS

ASSOCIAÇÃO DE MÚSICOS ARRANJADORES E REGENTES - SOCIEDADE MUSICAL BRASI-

LEIRA -

AMAR/SOMBRÁS

ASSOCIAÇÃO DE INTÉRPRETES E MÚSICOS

-

ASSIM

SOCIEDADE BRASILEIRA DE AUTORES,  
COMPOSITORES E ESCRITORES DE MÚSICA

-

SBACEM

SOCIEDADE INDEPENDENTE DE COMPOSITORES E AUTORES MUSICAIS -

SICAM

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO E PROTEÇÃO DE DIREITOS INTELECTUAIS -

SOCINPRO

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES -

UBC

UNIÃO BRASILEIRA DE EDITORAS DE MÚSICA -

UBEM

ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO -

ECAD

Veja a íntegra do documento:

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão -

ABERT

, Associação Nacional de Jornais -

ANJ

, Associação Nacional de Editores de Revistas -

ANER

, Associação Brasileira de Música e Artes -

ABRAMUS

, Associação de Músicos Arranjadores e Regentes - Sociedade Musical Brasileira -

AMAR/SOMBRÁS

, Associação de Intérpretes e Músicos - ASSIM, Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música -

SBACEM

, Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais -

SICAM

, Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais - SOCINPRO, União Brasileira de Compositores -

UBC

, União Brasileira de Editoras de Música -

UBEM

e Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD

atuam há décadas na promoção da cultura nacional e na produção de informação de qualidade, investindo continuamente em profissionais e tecnologias para fortalecer o setor jornalístico, artístico e audiovisual brasileiros.

Reconhecemos que a Inteligência Artificial (IA) representa uma inovação relevante, já incorporada em nossas atividades e com potencial para impulsionar ainda mais a criatividade, produtividade e inovação em diversos segmentos. Nosso compromisso é com o desenvolvimento responsável e sustentável dessas tecnologias.

No entanto, entendemos que o avanço da IA deve respeitar os **direitos autorais** e a **propriedade intelectual** dos conteúdos produzidos por nossos associados, conforme previsto na Constituição Federal do Brasil e na Lei nº 9.610/98. O uso não autorizado de tais conteúdos pode comprometer o ecossistema de produção jornalística e artística, além de desestimular a criação intelectual e, principalmente, violar direitos.

Portanto, caso haja interesse em utilizar conteúdos de nossos associados para fins de (mas não se limitando) mineração de dados, treinamento ou desenvolvimento de sistemas de IA, estamos à disposição para discutir formas de autorização, remuneração e parcerias que beneficiem todas as partes envolvidas e que assegurem a proteção dos **direitos autorais** sobre tais conteúdos.

Na hipótese dessa utilização já estar sendo realizada, solicitamos que V. Sas. façam contato com as Associações e/ou com o veículo associado1 que teve seu conteúdo utilizado, para que seja negociada uma solução amigável, a fim de evitar futuro litígio.



Reforçamos que nosso objetivo é promover o diálogo e buscar soluções inovadoras, respeitando sempre os **direitos autorais** e a legislação vigente. Estamos abertos para reuniões que possam resultar em acordos benéficos para todos.

Aguardamos seu retorno e nos colocamos à disposição para avançar nesta conversa.

## Como a quebra de patente ameaça a inovação no Brasil?



Enquanto grande parte das propostas demora anos para avançar, projeto de lei sobre quebra de patente de canetas emagrecedoras pode ser aprovado na Câmara em menos de um mês. (Foto: Sweet Life / Unsplash)

A Câmara dos Deputados analisa em regime de urgência a quebra de patente da tirzepatida, base do medicamento Mounjaro. Especialistas alertam que a medida, embora busque democratizar o acesso, pode gerar insegurança jurídica e afastar investimentos em novos tratamentos no país.

O que significa a quebra de patente proposta pelo Projeto de Lei 68/2026?

A proposta trata da licença compulsória da tirzepatida, um princípio ativo de canetas emagrecedoras. Na prática, isso permite que outras empresas fabriquem o remédio antes do prazo legal de exclusividade da farmacêutica Eli Lilly, que detém a patente. O objetivo do autor, deputado Mário Heringer, é reduzir o preço e facilitar o acesso da população ao tratamento, mas a indústria vê a medida como um risco ao retorno financeiro de pesquisas bilionárias.

Qual é a principal preocupação dos especialistas do setor saúde?

O Conselho Federal de Medicina (CFM) e entidades como a Interfarma temem que a tramitação acelerada impeça um debate técnico profundo. Eles alertam que a quebra de patente pode causar um 'ganho' de curto prazo com preços menores, mas um prejuízo pesado no futuro: o atraso na chegada de

remédios modernos ao Brasil. Nenhuma empresa quer investir milhões em pesquisa se não tiver a garantia de que poderá explorar sua descoberta comercialmente.

Como funciona o sistema de patentes para medicamentos no Brasil atualmente?

A regra segue a Lei de **Propriedade Industrial**. Uma empresa protocola o pedido no **INPI**, processo chamado de 'depósito'. Embora a proteção legal seja de 20 anos a partir dessa data, a burocracia para aprovação técnica - que envolve também a Anvisa - consome cerca de cinco anos. Assim, as empresas costumam ter cerca de 15 anos de mercado exclusivo para lucrar e recuperar o que foi gasto no desenvolvimento da molécula.

Existem alternativas à quebra de patente para reduzir os preços?

Sim. Analistas sugerem que acordos comerciais diretos entre governos e farmacêuticas são mais eficazes. Um exemplo recente ocorreu nos Estados Unidos, onde o governo conseguiu reduzir o preço da tirzepatida em até 85% por meio de negociações, sem precisar anular a patente. Isso mantém o ambiente seguro para investimentos e, ao mesmo tempo, amplia o acesso da população ao medicamento.

O que o governo federal está fazendo para levar essas canetas ao SUS?

O Ministério da Saúde tenta incorporar ao sistema público versões mais antigas das canetas emagrecedoras, feitas à base de liraglutida e semaglutida (do Ozempic). A patente da liraglutida já expirou, abrindo espaço para uma versão nacional da EMS. Contudo, há uma disputa judicial: a Novo Nordisk conseguiu esticar a validade da sua patente até 2033 alegando demora no **INPI**, o que trava a entrada do genérico nacional no SUS por enquanto.

Conteúdo produzido a partir de informações apuradas pela equipe de repórteres da Gazeta do Povo. Para acessar a informação na íntegra e se aprofundar sobre o tema leia a reportagem abaixo.

Gazeta Do Povo LabMarlice Pinto Vilela

# Índice remissivo de assuntos

ABPI .....	4,5
Direitos Autorais .....	4,5,7,9,10,11,12,13
Inovação .....	3
Marco regulatório   INPI .....	6,14
Patentes .....	1,3,6
Propriedade Industrial .....	6,14
Propriedade Intelectual .....	1,2,4,5,6,8,9,10,11,12,13